

Situação de Arruda e ACM se complica

■ Depoimento da ex-diretora do Prodasen incrimina os dois senadores; Congresso já admite abertura de processo de cassação

BRASÍLIA E RIO – Os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) encerraram o dia de ontem paralisados pelas acusações de serem responsáveis pela violação do sigilo do painel eletrônico do Senado. Arruda afastou-se da liderança do governo e acompanhou pela TV as mais de seis horas de depoimento da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges no Conselho de Ética do Senado. Permaneceu calado, sem responder às dúvidas surgidas da confrontação do seu depoimento com o de Regina. ACM tentou desqualificar as acusações de Regina Célia, afirmando que, por duas vezes, anulou atos da diretora do Prodasen que teriam se originado de falsos pedidos feitos em seu nome. Não quis detalhar esses atos, não compareceu ao Conselho de Ética para ouvir Regina e refugiou-se no final do dia na Bahia, sem rebater as princi-

pais acusações que recaem contra si. O Congresso já admite a abertura do processo de cassação de ambos. Arruda tinha ido anteontem ao plenário do Senado para relatar, detalhadamente, o que havia feito no dia 27 de junho de 2000, véspera da cassação de Luiz Estevão e data em que Regina afirma ter ouvido o pedido do tucano para que violasse o sistema eletrônico com o objetivo de obter uma lista de como votaram os senadores na sessão secreta. A ex-diretora do Prodasen afirmou que, entre 20h e 21h daquele dia, foi à casa de Arruda, a pedido dele. Para tentar derrubar a acusação de Regina, o senador afirmou que chegou à sua casa por volta de 1h, após ter participado de uma reunião com funcionários de uma estatal de Brasília no começo da noite, ter ido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, em seguida, ter se encontrado com o jornalista Ricardo Noblat. Apresentou fotos de

sua presença no TSE e uma carta do jornalista confirmando sua versão, mas não respondeu ao fato de que, entre a solenidade do TSE, encerrada por volta de 20h, e o início do jantar com Noblat, às 22h, havia tempo hábil para o encontro – de cerca de 20 minutos, segundo a ex-diretora do Prodasen. Depois do depoimento de Regina Célia, lideranças governistas e parlamentares avaliaram como crítica a situação dos dois senadores. O espírito dos parlamentares pode ser resumido pelo desabafo do senador Bernardo Cabral (PFL - AM), presidente da Comissão de Constituição e Justiça: “Não acredito que um funcionário do Congresso fizesse isso sem ter um patrono ou patronos. Se for algum senador, é um ato de quebra de decoro e haverá cassação. Se não for assim, o povo vai achar que o Senado tem uma fachada de catedral e os fundos de um bordel”.